

Capítulo 5

A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países

CLAUDIA WASSERMAN

A formação do Estado nacional na América Latina corresponde a dois processos indissociáveis: a internacionalização do modo de produção capitalista que conduz à institucionalização do poder burguês no mundo todo e, por outro lado, os processos de emancipação das colônias ibéricas. O primeiro processo tem um caráter econômico-social e o segundo é eminentemente político-militar. O vínculo reside justamente na estreita articulação entre estes aspectos da realidade.

A crescente expansão do modo de produção capitalista na Europa, corolário da *dupla revolução* - Revolução Industrial e Revolução Francesa -, aliado ao crescente predomínio da burguesia no controle estatal dos países europeus promoveu uma brusca mudança em todo o ordenamento mundial. Países como a Espanha e Portugal, que não acompanharam o desenvolvimento da Europa setentrional, foram vítimas do desgaste de toda a estrutura que assegurava a continuidade do Antigo Regime. Entre outros fatores que foram responsáveis pela decadência, estavam o atraso e desorganização agrícola e industrial, escassez financeira, decomposição social, dependência produtiva, comercial e financeira de outros países, redução no poder marítimo e militar, envolvimento em guerras onerosas e dificuldade em abastecer as necessidades das colônias.

Sob constante pressão colonial e européia, os Bourbons tentaram inutilmente introduzir reformas com o objetivo de conter o declínio da antiga potência. No entanto, a elite colonial, chamada aristocracia *criolla*, conseguia há muito driblar o forte exclusivismo comercial, através do contrabando. Além do mais, as guerras napoleônicas e o bloqueio continental determinaram uma aproximação ainda maior entre a elite

“criolla” e a Inglaterra. Desde o final do século XVIII, a elite hispano-americana sentia os efeitos do liberalismo econômico oriundo da Revolução Industrial; inspirava-se no modelo liberal da Independência americana (1776), que preservara muitas estruturas do mundo colonial, notadamente a escravidão, e admirava as idéias do iluminismo.

Apesar disso, o desenvolvimento colonial continuava subordinado ao monopólio e às restrições produtivas e administrativas da metrópole e, embora a elite *criolla* não tivesse idéias claras a respeito da emancipação, o retorno do rei da Espanha, Fernando VII, ao trono e as tentativas de re-colonização e de volta ao absolutismo monárquico foram suficientes para fazer eclodir guerras civis muito violentas que vão, de 1810 a 1825, destruir grande parte da estrutura econômico-produtiva colonial.

Por isso, o processo de formação de novos Estados responde a dois planos intimamente ligados: a violência militar que implanta novos ordenamentos políticos e a transformação mundial das relações sociais de produção que descarta as antigas metrópoles de seu lugar de prestígio.

E, como registra Halperín Donghi (1976, p.81),

Esperava-se que, das ruínas desse regime (colonial), surgisse uma nova ordem, cujas linhas fundamentais haviam sido previstas desde o início das lutas pela independência. Mas a nova ordem tardava a nascer.

Como grande parte da historiografia latino-americana inspira-se no modelo europeu de formação do Estado nacional, os autores, em geral, encontram uma grande dificuldade em identificar os ordenamentos pós-revolucionários como partes do processo de organização político-administrativa da América Latina. Frequentemente, tratam da formação do Estado nacional latino-americano como um caso tão específico e diverso dos modelos europeus que não conseguem ultrapassar a verificação de deformações ou incompletudes em seu desenvolvimento. No entanto, deve-se salientar que, na verdade, o continente europeu foi o pioneiro no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e na constituição dos Estados nacionais e estes serviriam de modelo para o estudo de outros continentes.

Os Estados europeus surgem como resultado da decadência do feudalismo, desenvolvimento do modo de produção capitalista e ascensão da burguesia, que possuía um conjunto de interesses materiais (unificação do mercado interno, fim do domínio aristocrático etc.) capaz de oferecer estrutura a uma *identidade nacional*.

Na América Latina parecem ter atuado forças centrífugas, como re-

sultado de uma instabilidade crônica, que não permitiam a constituição do Estado nacional e que colocam o primeiro problema teórico de crucial importância: a possibilidade de organização de um Estado nacional na ausência de um *elemento aglutinador*, ou seja, uma comunidade de interesses que atuasse com êxito no plano político.

Essa questão está ligada à discussão inicial que se quer fazer nesse capítulo, que é relativa às origens do Estado nacional latino-americano. As discussões seguintes serão encaminhadas no sentido de entender os processos de constituição do Estado nacional e sua consolidação. Embora sejam partes do mesmo processo, os problemas das origens, da constituição e da consolidação dos Estados latino-americanos serão separados para fins de exposição.

Em relação à existência de uma identidade nacional na América Latina, Torres Rivas (1977, p.65) adverte que,

A conquista e posterior colonização forjaram de cima, a partir do poder colonial, por mais de duzentos anos, uma extensa comunidade de idioma, religião e raça; apesar disso o Império espanhol na América foi, principalmente, uma ordem política construída sobre profundas descontinuidades econômicas, geográficas, culturais e sociais: uma nação atada por cima e solta por baixo.

Muito mais fortes do que os fatores aglutinadores forjados pela metrópole do além-mar eram as tendências localistas e regionalistas herdadas da própria influência cultural espanhola. As divisões administrativas metropolitanas representavam um entrave à aproximação entre as diversas regiões coloniais e criavam regiões produtivas isoladas umas das outras, principalmente após as Reformas burbônicas. Os contatos entre cada região e a metrópole eram mais significativos do que entre as afastadas localidades da colônia, que tinham problemas de comunicação determinados, também, pela geografia e pelo próprio atraso tecnológico. O insucesso das tentativas de unificação, como a idéia bolivariana por exemplo, foi determinado pelo fato de inexistir uma idéia nacional ou identidade de interesses anterior às guerras de Independência. Os processos de emancipação simplesmente confirmaram os limites territoriais do período colonial e até criaram novas divisões internas. As guerras acabam com o sonho da *nação hispano-americana*, terminam por desfazer o nó de uma comunidade de interesses que era *atada* apenas por cima. A delimitação territorial dos novos Estados resolveu-se num movimento político-militar de longa duração, o que revela uma certa fragilidade social dos processos de Independência latino-americanos.

A identidade nacional, como concebida modernamente, prevê o advento das classes populares na vida política, ou, pelo menos, de classes médias intelectualizadas que aceitam e procuram canalizar os desejos e aspirações populares. No caso da América espanhola, ocorre justamente o contrário: a maior participação popular e a existência de projetos mais radicais acabaram por desencadear uma furiosa reação, como, por exemplo, a invasão portuguesa sobre o Uruguai de Artigas em 1816 e a Independência mexicana em forma de restauração devido aos movimentos de Hidalgo e Morelos. Na América Latina não existia o equivalente europeu do protonacionalismo popular, discutido por Hobsbawm (1990, cap.2) no seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780*.¹ Além do mais, como observa B. Anderson (1989, p.73), o fato da elite nativa, os *criollos*, se autodenominarem americanos não indicava vaidade alguma mas simplesmente a *fatalidade do nascimento extra-espanhol*.

Para a elite “criolla”, as idéias de Independência tinham um caráter pré-nacional, a idéia de nação não tinha maior significado para a grande maioria da população e tampouco para os proprietários de terras, que estavam limitados geograficamente à área que controlavam. O poder político tinha caráter local ou regional e esse poder não representava qualquer sentimento de nacionalidade. Além do mais, suas ligações econômicas eram realizadas preferencialmente com o exterior, o que determinava a inexistência de um mercado interno a ser defendido. Quando envolvem-se nas guerras pela emancipação, estão defendendo os seus interesses contra a elite peninsular e também concretizando uma revolução pelo alto, devido ao temor de rebeliões como as de Tupac Amaru, no Peru, ou àquela protagonizada por Toussaint L’Ouverture, no Haiti.

Por isso, não se pode afirmar que países como a Venezuela, Argentina, Bolívia etc. tenham se formado a partir de sentimentos nacionalistas preexistentes que determinassem essa configuração territorial para a

¹ O autor aponta quatro critérios para a definição da existência do protonacionalismo popular, embora faça advertência de que “sabemos muito pouco sobre o que aconteceu ou sobre o que acontece nas mentes da maioria dos homens e mulheres mais relativamente desarticulados para podermos falar com alguma confiança sobre seus pensamentos e sentimentos a respeito de nacionalidades e Estados-nações aos quais proclamam suas lealdades” (p.93). Os três primeiros critérios - religião, etnia e língua - são apontados por Hobsbawm como relevantes, mas não determinantes. O que realmente conta é a “consciência de pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável” (p.88). Frequentemente, em regimes como o implantado pela Espanha na América, o que se exigia do povo era *obediência e tranquilidade e não lealdade e zelo*. De qualquer modo, se quiséssemos encontrar um substrato histórico anterior às Independências, teríamos o próprio sistema colonial, que foi duramente atacado pelo povo e pelas elites.

América Latina. Formaram-se dezessete repúblicas, cujo limite territorial era dado pela unidade administrativa ou comercial ou militar anteriores ao processo. Eram divisões arbitrárias decretadas pelo alto, desde o período colonial. Quando se tornam independentes, tendem a constituir-se como Estados ainda sem nações.

Devido à ausência de um *elemento aglutinador*, ou *identidade nacional*, o processo de constituição dos novos Estados é extremamente complicado. O período que se segue às lutas pela Independência é conhecido pelos historiadores como fase da *anarquia*. Essa expressão, que se tornou de uso corrente pela historiografia latino-americana,² remete às dificuldades em conseguir construir ordenamentos estáveis, mas, ao mesmo tempo, seleciona os casos empíricos entre os mais ou menos *capazes* nesta tarefa, dependendo, conforme a tese, de quesitos absolutamente subjetivos, como determinismos étnicos, geográficos ou climáticos. A presença do caudilhismo, por exemplo, foi muito utilizada para comprovar a idéia de incapacidade política das elites latino-americanas durante o século XIX. O fenômeno, circunscrito a regiões como o Rio da Prata, notadamente a atual Argentina, Venezuela e norte do México foi muitas vezes extrapolado para os demais países latino-americanos e descrito como provas irrefutáveis da *barbárie continental*.³

Agustin Cueva (1977, p.41) tem uma excelente definição para essa fase:

La fase denominada de “anarquia”, que no es otra cosa que el tormentoso camino que nuestras formaciones sociales tienen que recorrer hasta constituir sus Estados nacionales, corresponde en términos generales al desarrollo de una estructura que partiendo de una situación de equilibrio inestable de diversas formas productivas llega a una situación de predominio relativamente consolidado del modo de producción capitalista.

Cueva aponta para as dificuldades de formar ordenamentos estáveis em regiões cujas formas produtivas possuíam pouca coerência, onde predominava uma economia rural dispersa, relações de produção

p. 181

² Os teóricos da dependência, exemplificados no texto clássico de F. H. Cardoso e E. Falleto - *Dependência e desenvolvimento na América Latina* - apresentaram uma série de explicações para o atraso geral do subcontinente e as dificuldades de imposição de ordenamentos estáveis.

³ Inspiração da historiografia liberal desde Faustino Sarmiento, 1852. Idéias que autores marxistas, como, por exemplo, Paso, 1965, acabaram reproduzindo com novas tintas, colocando os caudilhos como representantes do “feudalismo”, contrários aos projetos “capitalistas” da burguesia exportadora portenha.

servis e mercado interno insuficiente para oferecer estabilidade à região. Desta forma, o *elemento aglutinador* da sociedade, neste período, era o Estado político.

O Estado latino-americano de meados do século XIX era formado pela permanência de instituições e tradições coloniais e por fórmulas políticas tomadas de empréstimo. A adoção de Constituições liberais, por exemplo, mostrou-se ineficaz em todas as partes do subcontinente, pois a única instituição capaz de manter a ordem nos novos Estados era o exército. A militarização terminou por dominar o cenário latino-americano. Os militares funcionavam, algumas vezes, como *árbitros* entre frações da classe dominante que tentavam em cada país impor sua hegemonia e também serviam para neutralizar conflitos em países cuja economia havia se deteriorado totalmente depois da guerra. Essa função arbitral dos militares freqüentemente não funcionou, sobretudo porque eles ainda não possuíam *espírito de corpo* e formavam parte de frações da classe dominante, defendendo em armas seus interesses particulares.

Até meados do século XIX, embora a economia dos países independentes da América Latina tenha se caracterizado por uma total abertura ao livre comércio, essa premissa não se concretizou, pois o volume de mercadorias que as elites latino-americanas esperavam vender ou comprar foi muito pequeno em relação às possibilidades que anteriormente existiam. A economia britânica havia sofrido um grande abalo nos anos 20, impondo baixos preços para os produtos latino-americanos e as importações de manufaturados começaram a apresentar sinais de saturação. O saldo negativo na balança comercial era extremamente prejudicial às economias latino-americanas, já tão abaladas pelos anos de guerra e pela violência da vida cotidiana. Sem receber os capitais esperados dos investidores estrangeiros – vacilantes frente às dificuldades de impor ordenamentos políticos estáveis –, toda a América Latina passava por uma situação econômica dramática.

Neste aspecto, a situação dos países tinha uma certa variação, dependendo da capacidade produtiva anterior aos processos de independência e do tipo de investimento necessário para manter a produção. Uma organização comercial mais ativa também contribuía para o sucesso de certos produtos, como a pecuária do Rio da Prata e o café venezuelano, que, além do mais, exigiam poucos investimentos. Esse também é o caso de produtos corantes como o anil e a cochonilha da América Central, cujo volume era baixo e o valor alto. A mineração da Bolívia, do Peru e, especialmente, do México foram muito afetadas pela falta de investimentos externos.

Nos anos posteriores às guerras de Independência, particularmen-

p. 182

te nas segunda e terceira décadas do século XIX, houve uma fuga de capitais importante caracterizada pela saída de metais preciosos, sobretudo pelas mãos dos espanhóis que fugiram assustados com a instabilidade política dos novos Estados e devido aos tratados comerciais impostos pelos ingleses, que garantiam a liberdade de comércio. A estagnação das exportações foi, entretanto, sem dúvida nenhuma, a principal causa do desequilíbrio econômico dos novos países.

Outro dado de fundamental importância é que poucos comerciantes ingleses estavam interessados em investir nos sistemas produtivos latino-americanos. Os empréstimos oferecidos em troca de exploração da taxas aduaneiras eram raramente cumpridos pelos países da América Latina. Por isso, até 1850, as relações entre os países latino-americanos e o resto do mundo foram basicamente comerciais.

Esse relacionamento mercantil, ainda que desigual em muitos aspectos à América Latina, era bem mais favorável às elites exportadoras do que aquele imposto pelas antigas metrópoles ibéricas. A dominação política direta e os pesados impostos foram eliminados e, além disso, a abertura comercial significava a possibilidade de importar artigos manufaturados de melhor qualidade, mais variados e a preços mais competitivos.

No entanto, Halperín Donghi (1991, p.10) apresenta números importantes para comprovar a queda no preço dos produtos primários que os países latino-americanos exportavam: a prata sofreu uma queda de 6% em relação ao ouro, o couro do Rio da Prata, o café e o açúcar caíram em aproximadamente 30%, enquanto o tabaco baixou em 50%.

Três problemas atingiam a economia latino-americana desse período imediatamente posterior às Independências e esses aspectos tiveram importância variada dependendo do tipo de produto: a escassez de capitais necessários à implementação do volume a ser exportado, a disponibilidade de mercados externos (problemas de demanda) e a queda do preço no mercado mundial. No caso da mineração, por exemplo, a demanda foi sempre crescente. No entanto, não existiam capitais disponíveis para retomar os níveis de produção anteriores à destruição causada pelas guerras. A pecuária argentina, por outro lado, exigia poucos investimentos, mas foi o produto mais afetado pela instabilidade da demanda internacional e pelos preços em baixa no período que vai de 1820 a 1840.⁴

A penúria e o desgaste econômico dos novos países eram coetâneos a uma situação política deplorável. As dificuldades em encontrar um substrato econômico para os novos países refletia-se nas relações de poder, ins-

⁴ Para maiores dados da economia argentina, no período, ver Cortês Conde, 1992.

táveis e violentas. A primeira e talvez mais longa etapa de construção dos Estados nacionais latino-americanos constituiu-se nas tentativas de organização de ordenamentos tão estáveis quanto aqueles do período anterior; recaiu sobre os líderes da independência uma espécie de saudosismo em relação à estabilidade político-administrativa da época colonial.

A CONSTITUIÇÃO DOS ORDENAMENTOS POLÍTICOS E A ALTERNÂNCIA DE AMBIENTES LIBERAIS E CONSERVADORES NO SÉCULO XIX: CENTRALIZAÇÃO *VERSUS* DESCENTRALIZAÇÃO

A defesa do estabelecimento de monarquias constitucionais nos países recém-egressos de uma guerra de Independência refletia o desejo de, por um lado, terminar com as desordens internas e, por outro, receber mais rapidamente o reconhecimento diplomático da nova situação. Manuel Belgrano defendeu, em 1816, no Congresso de Tucumán, na Argentina, a fórmula monárquica e na década de 1940, no México, através da forte influência de Lucas Alamán, a possibilidade de implantação de uma monarquia constitucional foi arduamente discutida. Mesmo assim, apesar do ensaio monárquico mexicano entre 1864 e 1867, foram criadas repúblicas que pareciam significar um rompimento mais explícito com o passado, embora a maioria dos países latino-americanos não tivessem conseguido estabelecer completamente um tipo de autoridade tão “eficiente” como aquela que a metrópole espanhola mantinha até as guerras de Independência.

Os sistemas constitucionais criados para transferir o poder através de eleições e para garantir liberdades individuais foram, freqüentemente, formais e não eram respeitados na prática. Ainda movidos pela necessidade de romper com o passado colonial, os governos pós-revolucionários adotaram sistemas federalistas em oposição às estruturas políticas centralizadas metropolitanas. Esta “liberalização” foi acompanhada de outras reformas políticas, educacionais, jurídicas, econômicas e fiscais, todas movidas pelo entusiasmo da vitória nas guerras de Independência. A historiografia atribui, em geral, a adoção do sistema federalista e o estabelecimento de um executivo limitado pelas Constituições à tentativa de imitar o modelo norte-americano, mas também deve-se ter em mente o propósito de rompimento com a realidade anterior.

Contudo, a partir de 1820, já se começava a discutir a necessidade de centralização do poder para fazer frente às resistências provinciais, que existiam do México ao Chile, e porque, por esse meio, as elites *criollas* achavam mais fácil receber reconhecimento diplomático, conseguir empréstimos e ganhar confiança dos países europeus.

As dificuldades econômicas e também a instabilidade política e social, decorrentes das lutas pelo poder, foram responsáveis por um clima de pessimismo que, a partir da década de 1830, atingiu a maior parte dos países latino-americanos. Correntes conservadoras das classes dominantes tomaram o poder e imprimiram um caráter despótico e centralizador ao governo dos novos países.

Antônio López de Santa Anna, no México, Juan Manoel de Rosas, na Argentina, e Diego Portales, no Chile, eram expressões dessa atmosfera conservadora que atingiu os países latino-americanos até, aproximadamente, a década de 1850-1860. Neste período, políticos e intelectuais tinham a mesma tese sobre o poder do Estado: temiam a anarquia e achavam que faltava experiência política ao povo latino-americano, o que resultou no estabelecimento do sufrágio limitado pela posse de bens.

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo desenvolvimento acelerado do setor primário-exportador devido ao desenvolvimento das forças produtivas, à firme intervenção do Estado na economia e à recuperação européia, que reativou a demanda por produtos primários em níveis superiores ou equivalentes aos anos que antecederam às Independências. Esses fatores foram motivos de um novo otimismo entre as elites latino-americanas e, sobretudo, para uma geração nova, jovens das elites provinciais que pensavam na possibilidade de romper com os restos das instituições coloniais e retomar os ideais reformistas dos liberais do início do século. A partir de 1850, esses liberais mostraram-se mais radicais e decididos do que os do passado, talvez porque a conjuntura social e econômica lhes fosse mais favorável para a realização das reformas.

As fases assinaladas anteriormente revelam uma alternância de ambientes liberais e conservadores na maior parte dos países latino-americanos no longo período de formação dos Estados nacionais. A tentativa de generalização desse processo responde a uma idéia da possibilidade de construção da história do subcontinente, evidenciada pela unidade definida por coordenadas histórico-estruturais comuns a todos os países da América Latina. E importante, no entanto, destacar as diferenciações que ocorreram em cada país, principalmente a partir das emancipações. Se no período colonial foi necessário traçar as particularidades de cada região que formava o grande conjunto submetido pela metrópole ibérica, no período posterior às Independências essas particularidades tornam-se cada vez mais acentuadas. Se essa heterogeneidade não impede a generalização, essa última, por sua vez, não pode ser o foco central da análise, sob o risco de simplificarmos a história de cada país do conjunto latino-americano.

Os casos tratados a seguir são exemplares para a história do subcon-

tinente e foram frutos de uma seleção, cujos critérios respondem ao desejo de discutir alguns países significativos da América Latina neste período. Entre os países densamente povoados por populações indígenas mais ou menos organizadas e que tiveram grande importância produtiva no período colonial, destaca-se o México, que, além do mais, representa os casos de conservadorismo extremado após a Independência, por causa do temor das rebeliões populares no processo. Na região do Rio da Prata, o processo de formação do Estado nacional argentino é capaz de dar conta de questões importantes do ponto de vista do êxito econômico da atividade primário-exportadora e, também, da forma como foram debeladas as disputas internas nos países onde a saída para o mar oferecia à burguesia compradora uma oportunidade ilimitada de enriquecimento. Ainda no chamado Cone Sul, o Chile foi considerado pela historiografia latino-americana, incluindo o próprio pensamento corrente no século XIX, como um país de precoce estabilidade político-institucional devido a uma extremada centralização do poder. Os reflexos da estabilidade e segurança chilena foram sentidos nos principais países andinos, a Bolívia e o Peru. Tidos como exemplos importantes de regiões onde as relações pré-capitalistas de produção, bem como a permanência de estruturas coloniais, foram mais evidentes até o começo do século XX, esses países tiveram mais dificuldades para a consolidação do Estado nacional. Também são exemplares os problemas de integração regional ocorridos na América Central, em países cuja atividade produtiva no período colonial não tinha tanta importância quanto o seu funcionamento como centros administrativos da metrópole no além-mar. Enquanto a maior parte das elites agropecuaristas latino-americanas tiveram que liberar terras, imobilizadas nas mãos de comunidades indígenas ou eclesiásticas, para atender às exigências de uma economia primário-exportadora, poucos países, como Cuba, Brasil e Antilhas, foram forçados a liberar os próprios trabalhadores, submetidos às leis da escravidão africana no subcontinente. O exemplo cubano é interessante, pois se realiza em uma fase em que o modo de produção capitalista atingia sua fase imperialista e também com a abolição sendo simultânea ao próprio processo de Independência.

México: Independência pelo alto e predomínio conservador

No México, a Independência foi resultado de um tipo de restauração do poder dos defensores do antigo regime. Temerosos de uma solução radical do processo revolucionário, todos os conservadores mexicanos apostaram numa transição pelo alto à vida independente. O Império

de Itúrbide foi de fato uma solução transitória para o conservadorismo mexicano e foi substituído pelo chamamento militar do comandante de guarnição Antônio Lopez de Santa Anna, cujo poder demonstrava a grande influência do exército no período imediatamente posterior à Independência. Uma constituinte e eleições para presidente da República colocaram no poder o liberal Guadalupe Victoria.

A classe dominante mexicana apresentava-se dividida entre liberais e conservadores. Os primeiros defendiam a descentralização política e o federalismo, tomando como exemplo o modelo de organização norte-americano e, por isso, eram conhecidos como *yorquinos*. Os conservadores inspiravam-se na Inglaterra, mantinham relações com o cônsul britânico no México e defendiam o centralismo político, sendo chamados também de *escoceses*. Embora o presidente Guadalupe Victoria tivesse conseguido fazer seu sucessor, um outro liberal, o presidente Vicente Guerrero, os conservadores mexicanos não puderam calar-se diante das tentativas de reformas liberais que pareciam extremamente ameaçadoras. Eles não concordavam, na realidade, com a própria condição do país independente. Lamentavam a evasão monetária causada pela fuga de ricos comerciantes peninsulares depois de 1821 e não se conformavam com a redução numérica da classe dominante.

A proposta dos primeiros presidentes liberais, de expulsar os últimos espanhóis peninsulares do país, resultou numa revolta ainda maior por parte dos conservadores. Pequenos proprietários rurais e comerciantes de aldeia eram espanhóis que ainda permaneciam no México após a independência. Mesmo assim, eram os mais odiados pelos mexicanos pelo contato mais direto que mantinham com a população.

O pano de fundo da situação criada pela expulsão dos espanhóis peninsulares era, portanto, as relações da classe dominante com a plebe e com as classes médias urbanas e pequenos agricultores. Os grupos médios urbanos reivindicavam desde a Independência um lugar nas estruturas burocráticas do novo Estado. O que dividia liberais e conservadores, neste caso, era a tolerância dos primeiros para com as camadas populares e médias. Entendiam que sua ascensão controlada seria um risco menor para o domínio das classes dominantes. Os conservadores, por outro lado, resistiam à integração dos grupos excluídos e ao projeto liberal de redução dos privilégios da Igreja, intervenção na questão das terras monopolizadas pelos conservadores e idéias de promoção do desenvolvimento nacional através da criação de indústrias têxteis.

Resignados com o poder assumido pelos militares após as lutas pela Independência, os conservadores apoiaram o golpe do general Santa Anna

em 1834. A ditadura imposta, a partir de então, produziu a Constituição de 1836. Era conservadora e estabelecia excessiva centralização política, com a perda de autonomia dos Estados e restrição de voto aos cidadãos mais ricos. Um dos resultados mais devastadores dessa nova organização política foi a retirada do Texas da federação e a luta camponesa na província de Yucatán, com duração de dez anos. Ambas as regiões não aceitavam a ditadura de Santa Anna e menos ainda a centralização política por ele imposta.

Oficialmente, o Texas só foi incorporado aos Estados Unidos como resultado da guerra de 1845-1848. A guerra teve origem num projeto interno dos Estados Unidos de estender suas fronteiras a oeste e ao sul. Em 1848, o México perdia metade do seu território (Texas, Arizona, Califórnia e Novo México) para os Estados Unidos, vencedores do conflito. Em 1853, Santa Anna protagoniza outro capítulo na história das relações territoriais entre México e Estados Unidos, quando recebe dez milhões de dólares dos Estados Unidos a título de indenização em troca de mais uma ratificação de fronteiras.

De forma desastrosa chegara ao fim a aventura conservadora no México. Em 1856, os liberais chegaram ao poder para realizar as reformas que promoveriam a consolidação do Estado nacional mexicano e iniciariam o processo de extensão do modo de produção capitalista.

Argentina: guerras civis em torno da hegemonia portenha e aspirações de autonomia das províncias do interior

A Argentina também foi palco de lutas intestinas no processo de constituição do Estado nacional. A expressão mais destacada do processo argentino foi a emergência dos caudilhos. E, como observa C. Guazzelli (1990, p. 34),

O processo de independência, com seu corolário de transformações, trouxe aos caudilhos uma ameaça a interesses específicos, que então passam a ser combatidos. A guerra civil será um reflexo da luta dos caudilhos pela garantia de privilégios de que dispunham no período colonial, contrariando projetos políticos que se desenvolvem na tentativa de uma organização nacional.

A tese anterior revela que, em primeiro lugar, os caudilhos argentinos não são um fenômeno surgido após a Independência. Eles remontam ao período colonial e estão indissolavelmente ligados ao processo de apropriação da terra. Em segundo lugar, ressalta interesses específi-

cos desses caudilhos que foram ameaçados com a Independência e as tentativas de formação do Estado nacional argentino.

O confronto entre interesses de unificação do Estado nacional e os que pretendiam autonomia provincial traduzia-se na tentativa dos comerciantes de Buenos Aires em manter uma posição hegemônica na exportação de couros, charque, lã e outros produtos provinciais e, ao mesmo tempo, manter-se adiante no processo de importação de produtos europeus. No entanto, a incapacidade desse grupo comerciante em unificar as províncias e manter um governo centralizado traduziu-se num período de guerras civis.

As derrotas territoriais sofridas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, que abarcavam o antigo vice-reino do Rio da Prata, ocorreram desde o começo das guerras pela Independência e reforçaram os insucessos da luta pela unificação. O Alto Peru foi reconquistado pelos espanhóis, o Paraguai separou-se em 1813 e o Uruguai em 1816. Em 1820, fracassam as tentativas de centralização e houve a decomposição do Estado unitário. Com a vitória das forças federalistas ocorreu também o reforço de poder dos caudilhos do interior. Esses estavam interessados em manter a produção artesanal, que era bastante prejudicada em função da importação de manufaturados europeus. Reivindicavam uma proteção alfandegária para os produtos de suas províncias. Os caudilhos do litoral argentino, por seu turno, aceitavam o domínio portenho, mas pretendiam romper o monopólio exercido por Buenos Aires sobre as rendas aduaneiras.

As guerras civis só foram debeladas graças à intervenção militar de um caudilho federalista: Juan Manuel de Rosas. Ele representava os grandes proprietários provinciais de Buenos Aires e tinha o apoio de pequenos comerciantes e da massa rural. Rosas estimulou a incorporação de novas terras para a pecuária através da expulsão dos índios que as ocupavam, tratou de incorporar novas técnicas à produção de charque e incentivou a instalação de indústrias de lã. As restrições à navegação no Rio da Prata e os ataques aos unitários provocaram simultaneamente a ira de países como a França e Inglaterra e a continuidade das lutas internas. A política rosista atingia também os comerciantes brasileiros interessados nos negócios pecuaristas uruguaios. Somente em 1851 o Brasil resolveu investir na luta contra Rosas, quando o general Justo José Urquiza, caudilho de Entre Rios, resolveu colocar-se em oposição frontal aos projetos portenhos.

A disputa pela Banda Oriental se desenrolava há pelo menos dez anos e Rivera, então presidente do Uruguai, esteve durante esse tempo cercado pelas tropas comandadas por Manuel Oribe, que, ao refugiar-se

na Argentina, recebeu apoio de Rosas para anexar o território considerado perdido desde 1816. Rivera juntou-se às lideranças descontentes das províncias e ao Brasil para derrubar Rosas.

Agueira em torno dessas questões terminou com a vitória em 1852 do general Urquiza. O caudilho da província de Entre Rios propunha uma união federativa, mas os unitários portenhos que haviam retornado do exílio depois da queda de Rosas se opunham frontalmente ao projeto. Buenos Aires acabou separando-se da “Confederação Argentina” em 1853. A capital da Confederação era Paraná (Entre Rios) e Urquiza foi eleito o seu primeiro presidente.

Ao mesmo tempo em que o novo governo deliberava quanto à abertura do país à navegação estrangeira, realizava acordos de auxílio mútuo com o Brasil e recebia de braços abertos imigrantes de todo o mundo, Urquiza tratava de competir ferozmente com a província de Buenos Aires, sem no entanto conseguir qualquer igualdade com aquela potência. Além disso, Urquiza tentava reincorporar a província de Buenos Aires por intermédio da coerção. Foi vitorioso em 1860 na batalha de Cepeda. O comandante portenho Bartolomeu Mitre se comprometeu a aderir à Confederação mas, em vista da resistência de Buenos Aires em cumprir o acordo, o problema só foi resolvido em 1861, na batalha de Pavon. A Confederação já apresentava dissensões e Urquiza abandonou o campo de batalha, o que, na verdade, se traduziu em um acordo de pacificação, momento importante da constituição do Estado nacional argentino.

Em 1862 Mitre tornou-se presidente provisório da Confederação, transferiu a capital para Buenos Aires e impôs o controle nacional em favor das oligarquias agropecuárias das províncias do litoral e do grupo mercantil portenho. Mitre concordou em dividir os direitos alfandegários com as demais províncias através de um cálculo que era relacionado com a densidade demográfica e a produtividade, o que ainda permitia à Buenos Aires um enriquecimento maior do que às demais regiões do país. Além disso, Buenos Aires comprometeu-se a assumir as dívidas das províncias decadentes do interior como se fossem dívidas públicas nacionais. O conflito unitarismo *versus* federalismo era solucionado em favor deste último e, embora o projeto de Mitre fosse centralizador, ele respeitou e preservou as autonomias regionais, tanto do ponto de vista econômico como político. Trabalhou em favor da pacificação do país e com a clara subordinação das províncias do interior aos negócios de exportação e importação.

Chile: a precoce centralização política e os êxitos econômicos e militares das classes dominantes

O Chile é considerado um país *sui generis* em seu desenvolvimento ao longo do século XIX. Essas diferenças dizem respeito à estabilidade precoce que o país obteve às custas do desenvolvimento econômico.

Logo após a Independência, o governo de O'Higgins foi acusado de autoritário e deposto em 1823. Seguiu-se um período de disputas internas e uma breve experiência liberal e federalista, sob a presidência de Francisco Antônio Pinto (1827 à 1829).

O retorno ao regime conservador foi liderado por uma coalizão de pró-clericalistas, seguidores de O'Higgins, e por um grupo de mentalidade conservadora das firmas de tabaco. Uma breve guerra civil deu a vitória aos conservadores, em 1830, na batalha de Lircay. Diego Portales, um comerciante de Valparaíso, foi o articulador da vitória conservadora e da Constituição de 1833, que era extremamente autoritária, delegava amplos poderes ao executivo, fortemente presidencialista, e permitia a reeleição para mandato de cinco anos.

Até meados do século, o país viveu um período de tranquilidade institucional, assegurada pelo desenvolvimento da mineração ao norte e pela primeira vitória na Guerra do Pacífico. As relações entre o Chile e o Peru vinham se deteriorando ano após ano devido à rivalidades comerciais, guerras tarifárias e ao não-pagamento do empréstimo feito pelo Peru ao Chile. No entanto, o que detonou o primeiro conflito foi a aliança entre o Peru e a Bolívia numa Confederação, em 1833. A ameaça desses dois Estados resultou numa declaração de guerra por parte do Chile em 1836, sob a presidência do preposto de Portales, Joaquín Prieto (1831-1841). Em 1839, o Peru e a Bolívia se renderam e a Confederação se desfez.

O sucessor de Prieto, general Manuel Bulnes (1841-1851), encontrou o país orgulhoso da vitória na guerra e, especialmente, do presidente que havia derrotado o exército boliviano. Ao mesmo tempo, o aumento da demanda internacional por produtos agrícolas, sobretudo os cereais, deu novo alento aos proprietários do centro do país. A abertura de novos mercados, da Califórnia e Austrália devido ao auge do ouro, foi responsável pelo desenvolvimento mais acelerado do setor de transportes e comunicações.

O crescente interesse por novas terras para cultivo dos cereais e também a necessidade de carvão para as fundições de cobre levaram o governo chileno a intervir nas terras dos índios araucanos, localizadas ao sul do país. As comunidades indígenas foram sendo *empurradas* para

regiões cada vez mais ao sul, para finalmente, na década de 1870, serem dizimadas ou *pacificadas*.

Na segunda metade do século XIX, a estabilidade chilena foi abalada por crescentes reivindicações liberalizantes. Francisco Bilbao, Santiago Arcos e José Victorino Lastarria pregavam idéias provenientes do entusiasmo com a Revolução de 1848, na França. Conseguiram aproximar-se dos artesãos da capital e formaram a *Sociedad de la igualdad*, podendo impor aos conservadores a figura de Manuel Montt, o primeiro civil a ocupar a presidência do Chile. Montt governou entre 1851 e 1861, sob constantes ameaças e alguns meses de guerra civil, liderada tanto por liberais que não aceitavam seu modo de governar como por conservadores descontentes com a possível liberalização do regime. Nesse clima de tensão, Manuel Montt não pode, como os presidentes anteriores, escolher seu sucessor.

José Joaquín Pérez foi o último presidente do Chile a cumprir um mandato de dez anos (1861-1871) e foi em seu mandato que participaram lado a lado os conservadores do Partido Nacional e a Fusão Liberal-conservadora, fundada em 1862. Mesmo o Partido Radical, composto de liberais históricos, foi atraído pelo governo Pérez. O resultado dessa diversificação na participação política foi um crescente clima de liberalização que culminou, em 1871, ano da posse de Frederico Errázuriz Zañar-tu (1871-1876), com uma emenda constitucional que proibia a reeleição dos presidentes.

Outra questão presente nos debates políticos da época, incluindo a presidência de Anibal Pinto (1876-1881), foi a excessiva monopolização do poder por parte do executivo. Os congressistas, já organizados partidariamente, exigiam uma flexibilização do poder e a possibilidade de controle maior sobre os atos do executivo. O veto constante às atitudes de ministros de Estado tornava-se uma marca política desse período no Chile. Muitos políticos consideravam a discussão estéril, visto que o país começava a sentir os efeitos da crise internacional de 1873.

Até então o Chile tinha experimentado uma estabilidade econômica e política desconhecida no resto do continente. A mineração era o setor mais importante da economia chilena, seguido pela produção de farinha de trigo, cereal que encontrava mercados exteriores sempre crescentes. Quase meia década depois da Independência o Chile era um país muito próspero e integrado politicamente. O otimismo chileno foi abalado a partir de meados dos anos 1870 devido a três colheitas desastrosas, aparecimento de novos produtores de cobre e trigo, aumento brusco do custo de vida e tensões internacionais pela delimitação de fronteiras.

Com a Argentina, o governo chileno discutia a posse da Patagônia. Apesar de grandes protestos populares, o Congresso chileno aceitou os pontos de um tratado, o Acordo de Fierro-Sarratea, onde se delimitava a propriedade argentina da Patagônia, restando ao Chile apenas uma pequena faixa daquela região. O problema internacional com a Bolívia era mais sério e de difícil solução. O deserto de Atacama era bem mais importante ao desenvolvimento econômico chileno do que a pobre Patagônia, e era justamente sobre esse deserto a discussão com o governo boliviano. Uma companhia de capitais chilenos e britânicos, a Compania de Salitres y Ferrocarril de Anto-fagasta, explorava com concessão boliviana os territórios ricos em nitratos, fertilizantes de grande aceitação no exterior. Essa companhia, assim como os demais empresários chilenos em toda a região formada pelas cidades de Antofagasta, Iquique, Arica e Tacna, cresciam exageradamente aos olhos dos dois países que haviam concedido o direito de exploração: a Bolívia e o Peru. Esse último havia nacionalizado suas minas, situadas em Tarapacá, em 1875, ao mesmo tempo em que o presidente peruano estabelecia um acordo secreto com a Bolívia. O Chile, para evitar novas perdas, tentou acordos com a Bolívia no sentido de traçar as fronteiras definitivas, particularmente na rica província boliviana de Antofagasta, estabelecer o período das concessões e determinar impostos, taxas etc. As exigências bolivianas traduziram-se na aprovação, em 1874, de um imposto de dez centavos por quintal de fertilizante exportado pela Companhia Chilena de Salitres de Antofagasta. O Chile não aceitou o imposto e, em vista da insistência boliviana e ameaças de expropriação, invadiu Antofagasta, dando início à guerra.

A Guerra do Pacífico iniciou em 1879, num momento em que a economia chilena estava abalada e a confiança no país deveria ser recuperada a qualquer preço. Apoderando-se das riquezas minerais do deserto do norte, o Chile poderia respirar aliviado da crise em curso. Embora os três países estivessem altamente despreparados para a guerra, o Chile tinha sobre a Bolívia e o Peru a vantagem de um governo mais estável e maior unidade nacional. Enquanto os processos eleitorais chilenos transcorreram com tranqüilidade durante os anos de guerra, a Bolívia e o Peru foram sacudidos por vários tipos de insurreições nesse período.

A vitória chilena sobre o Peru foi negociada em 1883, no Acordo de Ancón, dando ao Chile controle perpétuo sobre o território de Tarapacá e o direito de ocupação de Arica e Tacna pelo prazo de dez anos, quando então realizariam um plebiscito local para decidir o destino final da região. Um novo acordo, em 1929, deu poder sobre Arica aos chilenos e sobre Tacna aos peruanos. O litígio entre a Bolívia e o Chile foi resolvido a partir do Tratado de Santiago, em 1884, pelo qual o Chile

recebia todo o território boliviano do deserto de Atacama, incluindo os portos marítimos de Antofagasta, Cobija, Mejillones e Tocopilla. Em 1904, o Chile comprometeu-se a pagar uma indenização de trezentas mil libras esterlinas à Bolívia e construir uma ferrovia ligando Arica a La Paz, para possibilitar o escoamento de mercadorias bolivianas pelo Pacífico. A Bolívia ficou sem a sua célebre “saída para o mar” e renunciou definitivamente aos territórios do deserto de Atacama.

Um dos objetivos da guerra foi atingido pelo Chile: o país recuperou seu otimismo e aumentou seu território em uma terça parte do que era anteriormente, com regiões altamente ricas em produtos minerais. O país recobrou a estabilidade, quase perdida devido à decadência do cobre e da prata, através da incorporação das terras bolivianas e peruanas e pode, assim, manter a marca de originalidade frente aos outros países da América Latina, instáveis e fracamente integrados no século XIX.

Peru e Bolívia: isolamento econômico e desarticulação político-social

O Peru e a Bolívia foram, historicamente, países típicos da instabilidade e fraca integração, aspectos tão presentes na historiografia continental. As independências peruana e boliviana, em 1821 e 1825, respectivamente, não modificaram a ordem política, econômica e social do período colonial. Ambos os países tiveram uma trajetória econômica comum no período imediatamente posterior às emancipações políticas, porque ficaram não apenas estagnados em suas atividades produtivas, mas também sofreram uma espécie de isolamento econômico, decretado pela produção agrícola auto-suficiente e pela manutenção das comunidades indígenas na apropriação do solo. No Peru as atividades predominantes na costa litorânea foram o açúcar e o algodão, fortemente ameaçadas pela libertação dos escravos no período de guerra. A mineração desse país, por sua vez, teve uma queda brusca com a interrupção da exportação de mercúrio e a abolição da mita, em alguns casos. Os portos peruanos, como o de Callao, por exemplo, custaram muito para adaptar-se às exigências internacionais, com o que o país, antes dependente do porto de Buenos Aires, passou a depender do porto chileno de Valparaíso, pelo estreito de Magalhães. O isolamento boliviano era ainda mais drástico. A decadência da mineração transformara Potosí de uma das cidades mais populosas do mundo em uma das mais pobres. A falta de investimentos, as guerras, o abandono das minas e a abolição da mita foram fatores que contribuíram para a decadência e dificuldade de recuperação. O acesso ao único porto marítimo da Bo-

lívica era extremamente dificultado pela travessia do deserto de Atacama, o porto de Buenos Aires perdera toda a sua importância depois da Independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, e a utilização dos portos peruanos e chilenos era dificultada pela instabilidade das relações entre os três países vizinhos.

Do ponto de vista político, Peru e Bolívia também apresentavam muitas semelhanças, especialmente pela instabilidade reinante e pela impotência dos grupos dominantes rurais e mineiros frente ao desastre econômico pós-Independência. Nos dois países, um dos resultados mais notáveis das emancipações teria sido a abolição dos impostos indígenas e a abolição da prestação de serviços pessoais. Foram leis que tiveram que ser revogadas sem mesmo serem colocadas em prática, porque os países não conseguiam fazer frente aos gastos meramente administrativos do Estado.

O resultado da instabilidade política dos dois países, exemplificadas por golpes, vários presidentes em poucos anos e constantes mudanças constitucionais, foi a união da Bolívia e do Peru em uma Confederação, fundada em 1836 pelo presidente boliviano Andrés Santa Cruz (1829-1839). A Confederação fazia parte de uma estratégia de Santa Cruz de dominar com mão-de-ferro os dois países e foi apoiada por grupos dominantes do sul do Peru. Entretanto, contra ela estavam as elites dirigentes de Lima, as camadas populares (ameaçadas com o aumento de impostos decretado então), o governo chileno (cuja elite comercial sentiu-se ameaçada em sua hegemonia sobre o Pacífico), o ditador argentino, Rosas, frente às ameaças de Santa Cruz de restabelecer o velho domínio colonial da região andina, e os próprios bolivianos, porque Lima foi eleita sede central do governo confederado.

O Chile declarou guerra à Confederação em 1836, seguido pela Argentina em 1837. A invasão chilena de 1837 fracassou, mas ao contingente de descontentes vieram somar-se os ex-presidentes peruanos Agustin Gamarra e Felipe Salaverry e o general Ramón Castilla, também peruano. A batalha de Yungay, em 1839, pôs fim à guerra e também à Confederação.

O fracasso dessa experiência veio comprovar os limites da retomada do poderio que os dois países possuíam no período colonial. Embora a economia e a geografia não pudessem justificar tal separação, as guerras de Independência resultaram em uma fronteira tão flexível que permitia às elites de ambos os países promover a alternância de climas de hostilidade e boa vizinhança, conforme a situação social, política e econômica assim exigissem.

Em meados do século XIX, animados pelo aquecimento da demanda internacional, os dois países recuperaram-se em parte da ruína econômica na qual se encontravam até então. O guano no Peru e a prata e o salitre na Bolívia foram os produtos responsáveis pelo crescente rompimento do isolamento internacional. Estradas de ferro e bancos surgiram para oferecer estrutura mínima aos produtos de exportação, sem que a economia em seu conjunto fosse beneficiada por esses recursos. As tensões políticas entre a velha elite dirigente, as classes dominantes ascendentes, ligadas aos produtos de exportação, agentes econômicos internacionais e os militares, que dominavam o cenário político, eram ainda de difícil solução. Além do mais, a lenta recuperação econômica dos dois países, particularmente por causa do salitre, foi o estopim da Guerra do Pacífico, na qual o Chile consagrou-se como a potência econômico-militar da região.

Tanto a estabilidade política como as transformações econômicas capazes de dar unidade à regiões tão desarticuladas só foram viáveis ao longo do século XX, e mesmo assim com muitas dificuldades.

América Central: fragmentação política e economias fracamente articuladas

A Independência centro-americana foi uma espécie de reflexo da emancipação do México. Em setembro de 1821, a Capitania Geral do Reino da Guatemala se converteu, por força de um ato político-administrativo, em República Federal da América Central. Não houve uma guerra de Independência e a transição pacífica se explicava pelo fato da região não apresentar riquezas minerais significativas. Eram economias atrasadas e auto-suficientes, isoladas geograficamente, sem comunicação interna e com pouquíssimos contatos com os países de economia avançada. Como observa Torres Rivas (1977, p.63), é fácil entender o processo de fragmentação que sofreu essa região depois de romper os laços coloniais:

A aristocracia guatemalteca, tomada de temores estamentais, decidiu pela sua anexação ao Império Mexicano de Iturbide. A 5 de janeiro de 1822, foi formalizada essa união, que se desfez tão rapidamente como se estabelecera. A elite comercial de Cartago e São José, as cidades liberais do que hoje é a Costa Rica, buscaram sua incorporação ao projeto bolivariano da Grande Colômbia, enquanto um “congresso”, reunido às pressas, decide, onde hoje é El Salvador, a anexação aos Estados Unidos. Sintomas de uma identificação nacional ainda em gestação?

Sintomas de um vazio institucional, da desorganização econômica, de desordens administrativas de todos os tipos e de uma indefinição política que se traduzia mais comumente na luta entre liberais e conservadores. Após a desintegração da Federação Centroamericana (1839), foram os conservadores que dominaram a cena política na Guatemala, apoiados pela Igreja, na manutenção das comunidades indígenas e no trabalho servil. Tentativas de incentivar o cultivo do café na Guatemala foram feitas pelos governos liberais que conseguiram romper o monopólio dos conservadores. Entretanto, o sistema de ocupação da propriedade e o tipo de controle da mão-de-obra eram incompatíveis com uma produção de larga escala para exportação.

Em El Salvador o grande êxito da extração de anil seguiu, no entanto, os mesmos padrões pré-capitalistas da produção guatemalteca, embora o estímulo às plantações de café estivesse promovendo o desenvolvimento embrionário de uma produção do tipo capitalista. A situação da Costa Rica apresenta uma diferença fundamental, relacionada ao tipo de ocupação da terra. Desde o período colonial, praticava-se a agricultura de subsistência e a partir da década de 1830 a expansão da cultura do café assegurou uma rápida integração ao mercado mundial, sem drásticas convulsões internas, ao contrário do que ocorrera na Guatemala e em El Salvador. Nesses países, somente as chamadas *reformas liberais* foram capazes de subverter os mecanismos coloniais de apropriação da terra e controle da mão-de-obra.

AS REFORMAS LIBERAIS E A DEFINIÇÃO ECONÔMICA DOS NOVOS PAÍSES: O NOVO TIPO DE APROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE E A FORMAÇÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO

As *reformas liberais* atingiram quase todos os países latino-americanos, particularmente aqueles que durante o período colonial eram densamente povoados por populações indígenas, regiões que tinham sido importantes centros administrativos e produtores e onde a Igreja fora fundamental na apropriação dos latifúndios.

Segundo Ciro F. Cardoso e H. Pérez Brignolli (1984, p.160):

O processo político da reforma liberal, chamada às vezes de *organização nacional* ou outras denominações similares, caracteriza a fase de consolidação dos estados nacionais.

Para a discussão coerente desse processo é importante reprodu-

zir as principais idéias acerca das diferenças entre os grupos liberais e conservadores das classes dominantes latino-americanas do século XIX.

No tocante à questão social, toda a historiografia contemporânea está de acordo em que os dois grupos eram elitistas e temiam a participação das massas populares no processo político (Cardoso e Pérez Brignoli, 1984; Soler, 1981; Carmagnani, 1984; Safford, 1991). Frank Safford (1991, p.90), por exemplo, coloca em dúvida as interpretações que dividiam liberais e conservadores em relação à sua função econômica. Em suas palavras:

[...] incluso si se pudiera dividir netamente a los miembros de la clase alta en grupos según su función económica, resultaría aún imposible verlos separados en grupos de intereses económicos enfrentados. En economías que se basan en la exportación de materias primas agrícolas y en la importación de bienes de consumo para uso de los que producen las materias primas había una coincidencia natural de intereses entre el propietario-productor, el comerciante y el abogado que, ya fuera actuando de forma privada o desde un puesto público, servía los intereses tanto de los propietarios como de los comerciantes.

Neste sentido, Safford constrói uma interpretação segundo a qual a “origem regional” seria o critério central para determinar a relação do indivíduo com as estruturas de poder. Nessa análise, um indivíduo que nascera e se educara em grandes cidades, sobretudo as capitais, tinham um “*ethos* mais aristocrático” e “se inclinava a ser conservador”. Por outra parte, ainda segundo Safford, “los liberales solían ocupar una ubicación social más periférica”. Esses jovens, nascidos em regiões menos importantes, teriam menos condições de acesso ao ensino superior quando chegavam às grandes cidades “virtualmente sin dinero e pasaron a formar parte de la elite política gracias a su talento, valor y suerte”. Teriam se inclinado ao liberalismo porque “no tuvieron ningún interés en proteger las estructuras coloniales del poder” (Safford, 1991, p.91).

A análise de Frank Safford é altamente condicionada a certas áreas latino-americanas, a determinados períodos quando as elites provinciais ainda estavam totalmente voltadas ao latifúndio. Mesmo assim, devem existir inúmeras exceções de indivíduos provinciais que chegavam às grandes cidades com muito dinheiro e homens nascidos nas capitais que eram liberais históricos, pois, como ele mesmo observa, “muchos hombres se comportaron de manera distinta a los modelos expuestos aquí” (Safford, 1991, p.92).

A interpretação de Ricaurte Soler obedece a critérios mais econômico-sociais, numa clara tentativa de explicar a divisão das classes do-

minantes como a luta entre diferentes sistemas. Indica que, enquanto os conservadores baseavam seu poder em relações sociais e formas de propriedade pré-capitalistas, os liberais empenharam-se no desenvolvimento capitalista e na destruição da antiga ordem. Soler tem extremo cuidado em não “caer en la maraña de la historiografía apologética liberal, clásica o actual” e adverte que, embora os liberais tivessem um projeto progressista para a definição do tipo de propriedade nas sociedades latino-americanas, isso não se realizou na prática (Soler, 1981, cap. 1 e 2).

As propriedades eclesiásticas e comunais, depois de liberadas pelas reformas, foram transformadas em latifúndios muitas vezes tão retrógrados quanto as terras em mãos dos grupos conservadores e a idéia de formação de colônias agrícolas e formação de médias propriedades mais produtivas tornou-se letra morta.

Para Ciro Cardoso e Pérez Brignoli, o significado econômico das reformas liberais está ligado ao processo de constituição de um mercado de terras apropriado às culturas de exportação e à formação de um mercado de trabalho livre, destituído dos meios de produção. Além disso, pensam que

A ideologia liberal, importada da Europa das luzes, da Revolução Francesa e do parlamentarismo britânico, era, como disse com razão D. A. Brading, *um corpo de abstrações* - liberdade de expressão e associação, livre empresa e livre câmbio, governo republicano federal e constitucional, igualdade perante a lei, anticlericalismo (entre os liberais chamados puros) etc. - c como tal apta para ser adotada por uma variedade de grupos sociais. Enquanto a fração conservadora, claramente definida como tal somente em fins da década de 1840, não parecia ter mais ideologia que a simples reiteração e defesa da desgastada herança colonial aristocrática, centralista e autoritária, clericalista, mantenedora dos privilégios corporativos, hierárquicos e mercantilistas (consulado). (Cardoso e Pérez Brignoli, 1984, p. 164-5)

Levando em consideração as discussões precedentes, percebe-se a dificuldade de encontrar uma definição precisa para as divisões dos grupos dominantes em frações liberais e conservadoras. No entanto, todos os autores apontam os liberais como portadores de um projeto de mudança social que previa a destruição dos elementos de sobrevivência das sociedades coloniais. Mais importante, portanto, que a discussão de seu caráter de classe, ressalta-se a necessidade de compreender que temas eram levantados pelos liberais, como condutores de novidades às sociedades latino-americanas.

Em relação à política fiscal dos países da América Latina, os liberais pensavam em abolir os impostos que obstaculizavam certas atividades mercantis. O dízimo e a alcabala eram tidos como indícios da sobrevivência do mundo colonial e, por isso, deveriam ser abolidos. Baseados nas idéias européias, os liberais de meados do século XIX ainda defendiam o fim da intervenção do governo em certos assuntos econômicos como as tarifas alfandegárias protecionistas e privilégios de empresas públicas.

O tema que mais polarizou as opiniões entre liberais e conservadores foi o do tipo de propriedade defendida por cada um dos lados. Os liberais pretendiam terminar com as propriedades comunais indígenas e nacionalizar os bens do clero. O poder e os privilégios da Igreja eram tidos como prejudiciais à modernização econômica e à idéia de igualdade perante a lei. O monopólio que o clero exercia sobre a cultura e a educação era visto como forma de cercear a liberdade de pensamento e expressão. Mas, sobretudo, os liberais criticavam o domínio da Igreja sobre grandes territórios que, segundo eles, era extremamente injusto dada a penúria dos Estados nacionais. As terras ocupadas pelas comunidades indígenas também eram vistas como sobrevivências do período colonial e tidas como improdutivas do ponto de vista da atividade primário-exportadora.

Em alguns países, esses dois últimos aspectos resolveram-se de forma extremamente violenta, chegando ao ponto de resultar em rebeliões indígenas e chamamentos religiosos aos fiéis para contenção dos projetos liberais. Entretanto, em países como o Uruguai e Argentina, onde o peso do clero era pequeno, nos anos de 1820 e 1830 a primeira onda liberal já havia conseguido conter o poder da Igreja. Apesar disso, o processo de apropriação das terras indígenas foi brutal em todos os países da América Latina, exemplificado na *campanha do deserto*, de Roca, que resultou no extermínio dos araucanos do sul da Argentina, e nas intensas lutas no sul do Chile, que resultaram, igualmente, no desaparecimento das populações indígenas.

Em todos os países da América Latina o período que se inicia em meados do século XIX foi marcado por lutas pela primazia do setor primário-exportador e pela tentativa de hegemonia do setor da classe dominante local que aceitava plenamente o tipo de vínculo com os mercados mundiais estabelecido pela divisão internacional do trabalho.

Os processos de extinção dos *ejidos* e das terras comunais começaram a delinear-se através dos presidentes García Granados e Justo Rufino Barrios, em 1871, na Guatemala, no período de 1873-1885; Zaldívar, em

El Salvador, em 1876, e com o general liberal Francisco Menendez, em 1885. Alguns foram entregues aos seus ocupantes ou usuários, desde que plantassem uma certa quantidade de café, outros, ou, melhor, a maioria, eram transformados em terras devolutas. Os bens eclesiásticos, principalmente as terras confiscadas, iam parar invariavelmente nas mãos da burguesia cafeeira. O acesso à terra se tornou quase impossível para os camponeses e índios e, adicionalmente, foram criadas leis de controle para incorporação dos camponeses e seu recrutamento no mercado de trabalho. Na Guatemala, inclusive, o Regulamento dos Jornaleiros (1877) determinava que às autoridades locais era facultado o direito de forçar os índios comuneiros ao trabalho nas fazendas. Incentivo à construção de estradas de ferro, criação de um sistema financeiro através da fundação de um banco nacional, entre outras, formaram o conjunto de medidas dos governos liberais. Na Guatemala foi de importância fundamental a construção, entre 1878 e 1890, da estrada de ferro interoceânica que ligava o Porto de San José, no Pacífico, ao Porto Barrios, no Atlântico.

No Peru, o marechal Ramón Castilla (1845-1862), um dos responsáveis pela derrota da Confederação presidida por Andrés Santa Cruz, tornou-se presidente em meio às guerras civis e decretou o fim do morgadio, a abolição da escravidão e a eliminação dos tributos indígenas. Com recursos provenientes da expansão do guano, tomou medidas aparentemente liberais, que eram, na realidade, verdadeiras soluções para os problemas enfrentados pelas elites agrárias do país. O fim do tráfico de escravos africanos, decretado em 1845 pela Inglaterra, exigia uma certa flexibilização dessas relações sociais, na medida em que começavam a faltar os fatores de produção. No Peru, a imigração chinesa resultou na exploração intensiva da força de trabalho dos *coolies* e a abolição da escravidão africana foi responsável por uma necessária inversão de capitais nas lavouras de algodão e açúcar, capitais provenientes de uma polpuda indenização aos senhores de escravos. O efeito da eliminação dos tributos indígenas, no que diz respeito à mão-de-obra, parece ter sido desastroso. No entanto, permitiu que os proprietários da serra peruana expropriassem as terras das comunidades indígenas, tornando os índios mão-de-obra livre também dos meios de subsistência, obrigados a trabalhar em fazendas alheias para ganhar seu sustento.

No México, a derrota de Santa Anna deu início ao processo das reformas liberais que foram responsáveis pela transformação da sociedade mexicana e pelo domínio que certas frações da classe dominante passariam a exercer, desde então até a Revolução de 1910. Oligarquias agrária e mineira, grandes comerciantes e setor de transportes ferroviários fo-

ram os grandes beneficiários com a decadência do projeto conservador. Ainda que liberais e conservadores formassem partes da mesma classe dominante, os últimos tinham idéias mais atrasadas. Clericalistas ferrenhos, centralizadores, autoritários e herdeiros da tradição colonial aristocrática, constituíam-se como verdadeiros obstáculos para o desenvolvimento continuado da economia de exportação e para a efetiva vinculação do país com os mercados mundiais.

Dois mecanismos simultâneos compunham a base das reformas liberais: a constituição de um mercado de terras apropriadas às culturas de exportação e a transformação das relações de produção em relações plenamente capitalistas. Paralelamente, também se fez necessária a modernização da antiga estrutura produtiva, com a implantação de um sistema de transportes mais eficiente, criação de um sistema financeiro mais apropriado aos negócios internacionais etc.

As leis e medidas que durante o governo liberal do general Alvarez foram responsáveis por essas transformações foram pensadas a partir do Plano de Ayutla, lançado no início da revolta em 1853. A Lei Juárez despojou os eclesiásticos dos antigos privilégios jurídicos e a Lei Lerdo, de 1856-1857, transformou-se no instrumento de apropriação dos bens do clero e também de expropriação das comunidades indígenas. Em 1861, Benito Juárez, liberal, ex-governador de Oaxaca, completa esse capítulo das leis de terras com a Lei de Nacionalização dos Bens do Clero. Essas medidas resultaram na ira dos conservadores e na paulatina perda de apoio popular dos liberais, porque a plebe rural era fervorosamente religiosa e, instigada pelas lideranças conservadoras, levou o país à guerra civil.

Em 1857 foi promulgada a Constituição Liberal. Era o começo do governo Benito Juárez, que controlava, em armas, o porto de Vera Cruz e, portanto, as rendas da alfândega. Em 1861 os liberais tomaram a capital, mas no ano seguinte, em 1862, ingleses, espanhóis e franceses invadiram o porto de Vera Cruz exigindo o pagamento das dívidas feitas pelo país durante os governos anteriores. A França de Napoleão III pretendia um pouco mais que o ressarcimento das dívidas: esperava estender seu domínio político-territorial sobre o México. Apoiado nos conservadores e na Igreja, o exército francês instaurou a monarquia no país, enquanto Juárez fugia para o norte. O trono foi ocupado pelo Imperador Maximiliano de Habsburgo e contentava àqueles tradicionais membros do Partido Escocês que sonhavam com a monarquia. Entretanto, as classes dominantes mexicanas haviam sido extremamente beneficiadas com as primeiras leis da reforma liberal, especialmente porque comerciantes da capital e das províncias haviam se transformado em proprietários das terras que antes pertenciam ao clero.

A insatisfação do conjunto majoritário das classes dominantes, as dificuldades que os conservadores enfrentaram de manter a ordem sob a monarquia e as desordens múltiplas que ocorriam na Europa foram responsáveis pela retirada estratégica dos franceses. Maximiliano resistiu, mas Benito Juárez retornou à capital e à presidência liderando o Exército de Libertação. Ordenou o fuzilamento de Maximiliano.

Juárez foi reeleito em 1871 e morreu no ano seguinte, sem conseguir que o país retomasse a prosperidade dos anos anteriores à guerra, embora tivesse tentado reduzir os gastos do governo e estimular as exportações de prata. Ele deu início à difusão do ensino primário e, ao mesmo tempo, criou órgãos estatais de fomento à economia. O continuador de sua obra reformista, principalmente no que concerne à dissolução completa das comunidades indígenas, foi o general Porfírio Díaz, que já em 1871 lutava contra a eleição de Benito Juárez com lemas que, futuramente, em 1910, se voltariam contra ele próprio (não-reeleição e sufrágio universal).

As lutas entre caudilhos e as guerras civis que envolviam frações liberais e conservadoras das classes dominantes latino-americanas poderiam parecer resultado de uma “falta de maturidade das sociedades hispano-americanas” (Lambert, 1979, p.57) ou da “mentalidade apolítica inerente ao temperamento latino” (Chaunu, 1979, p.87), expressões que a historiografia mais tradicional tratou de referendar.

Num texto de 1981, Jaime Pinsky compara a evolução nacional européia e brasileira e resume assim a questão:

Não basta ao historiador “inserir o mundo todo” no capitalismo e dar o capítulo por encerrado. Deve-se, antes, notar que as relações de trabalho aqui, no início do século XIX, eram de caráter basicamente escravistas; que a economia tinha como sustentação a produção agrária; que as cidades tinham pouca expressão e se constituíam em pouco mais do que centros de administração da produção oriunda do campo; que as forças políticas internas não poderiam ser compreendidas sem a presença do grande proprietário rural, senhor de escravos; que, de certa forma, o elemento aglutinador da economia e da sociedade era o Estado poderoso e centralizador. (Pinsky, 1985, p. 63-85)

Mesmo no Brasil, onde um Estado foi fundado sobre bases monárquicas altamente centralizadoras, as lutas provinciais foram sentidas de forma drástica, mas não podem, por analogia ao modelo europeu, ser re-sumidas como *incapacidade* ou *imaturidade política*.

O desenvolvimento dessas lutas intestinas remetem diretamente às dificuldades que as classes dominantes nativas tiveram em encontrar um

substrato econômico necessário à implantação de um espaço nacional. Inexistia um mercado interno de envergadura nacional capaz de dar sustentação aos projetos políticos centralizadores. Os regionalismos e os clamores por autonomia provincial refletiam, de fato, a insistência de determinados grupos dominantes de não se inserirem num projeto mais amplo de envergadura nacional, de não abrirem mão do exercício direto e exclusivo do poder político e econômico. Os interesses dos grupos dominantes que tinham por base relações de produção pré-capitalistas, que por suas próprias características carecem de *coerência orgânica* (Cueva, 1977, p.33), tentavam, assim, resguardar seus interesses locais.

Nas sociedades pré-capitalistas, escravistas ou servis, a regionalização ocorre por causa de um desenvolvimento auto-sustentado de cada uma das partes e também porque essas economias *autárquicas*, em geral, não cumprem qualquer função no conjunto da sociedade. As forças centrífugas que atuavam no processo de formação do Estado Nacional latino-americano eram resultado dos interesses pré-capitalistas na manutenção de sociedades desarticuladas, cujo elemento dominante era dado pelo domínio interpessoal do grande proprietário. A falta de um *elemento aglutinador* na fase de constituição dos Estados nacionais referia-se, na verdade, à inexistência de uma base econômica capitalista e de uma classe social com interesses não localizados regionalmente mas em todo o território nacional. Por isso, pode-se dizer que as lutas entre liberais e conservadores, litoral e interior, costa e serra eram expressões de interesses em determinados sistemas produtivos ou, melhor, modos de produção.

Segundo Ricaurte Soler (1981, p.33),

[...] no es posible negar que las clases conservadoras asentadas sobre relaciones de producción y formas de propiedad pré-capitalistas de rasgos específicos levantaron un formidable poder político antagónico del empeño dirigido a la cohesión y unidad estatal-nacional.

As contradições que surgiram nos primeiros cinquenta anos de vida independente da Argentina, por exemplo, estavam ligadas a duas perguntas centrais: que grupo dominante exerceria o poder naquela sociedade e de que forma o domínio se estabeleceria? Os interesses do grupo mercantil litorâneo eram tipicamente capitalistas. Nesta região, o trabalho assalariado era dominante e as ligações com o exterior eram fundamentais para o desenvolvimento econômico. A fórmula do federalismo somente fortaleceu esses interesses e foi responsável pela autonomia portenha em comercializar os produtos de todo o país. Por outro lado, as

províncias do interior tinham uma economia baseada na subsistência e, quando muito, destinada ao mercado interno. As relações de trabalho não tinham se modificado muito desde o período colonial e algumas regiões, que haviam ensaiado os primeiros passos nos negócios de exportação, foram surpreendidas por crises comerciais que reduziram drasticamente suas vendas. Quando Buenos Aires abandonou a Confederação e Urquiza tentou competir com a cidade-porto, a comparação revelou-se cruel. Buenos Aires era infinitamente mais rica que as demais províncias e a hegemonia do setor da classe dominante mais ligado ao modo de produção capitalista pareceu inevitável a partir de Pavón.

O problema da constituição dos Estados nacionais latino-americanos era o problema da hibridiz de sua matriz econômico-social; a convivência de variadas relações sociais de produção, que iam desde o escravismo até o capitalismo, passando por diversos modos de servidão, colocava a questão de qual modo de produção sairia vitorioso e dominante.

Independente da característica mais geral do modo de produção capitalista no que diz respeito à sua universalização, vários fatores contribuíram para a vitória dos grupos a ele ligados. Em primeiro lugar, o próprio desenvolvimento dos setores produtivos já existentes, especialmente a produção agropecuária e a mineração, por força do deslocamento das fronteiras que separavam a economia de exportação da economia não ligada ao comércio exterior. A eliminação da população indígena, perpetrada por Roca na *campanha do deserto*, por exemplo, e a expropriação de suas comunidades em países como o México, Guatemala etc, promoveram, a partir de 1850, aproximadamente, um incremento muito grande das áreas economicamente produtivas. Pouquíssimas terras foram destinadas à formação de colônias agrícolas ou pequenas e médias propriedades, como ditavam as cartilhas liberais; a maior parte das terras foram parar nas mãos dos grandes latifundiários ligados ao setor primário-exportador. A expansão do latifúndio não ocorreu apenas em direção às terras indígenas, mas, inclusive, incorporou terras ocupadas, como os domínios eclesiásticos, que eram economicamente ativas, porém de forma pré-capitalista, com trabalho servil e produção para a subsistência.

Embora a ocupação dos recursos naturais, como terras e produtos minerais, tenha sido realizada através da coerção, sem qualquer inovação tecnológica e com a manutenção do rígido controle da mão-de-obra, modificou-se a forma de gerir a unidade produtiva, já que essas oligarquias rurais e mineradoras estavam decididas a subsumir toda a produção e todo o processo produtivo no processo de comercialização, ou seja, nos negócios de exportação.

O segundo aspecto que contribuiu para a vitória dos grupos ligados ao modo de produção capitalista foi a recuperação dos negócios internacionais. Nos primeiros anos após as Independências, os negócios internacionais sofreram uma brusca queda, determinada pela crise que atingiu a economia inglesa. A recuperação econômica européia não foi suficiente para retomar os níveis de comércio verificados antes das Independências. Isto ocorreu porque as economias latino-americanas passavam por uma fase de reconversão, ou seja, de teste dos seus produtos e até mesmo de disputas internas das classes dominantes locais. A Argentina, por exemplo, era basicamente exportadora de charque e couro na década de 1840. Entretanto, na própria pecuária argentina se produziu uma transformação e a produção de ovinos passou a ocupar primeiro plano, passando as exportações de lã a terem um lugar de destaque no total exportado (Carmagnani, 1984, p.32).⁵ Esses processos de reconversão das atividades produtivas ocorrem em todas as áreas latino-americanas, determinados pelas próprias características de cada sistema produtivo, por casos em que a produção simplesmente se esgota e também pelas modificações da demanda internacional, caso em que os produtos naturais são substituídos por produtos sintéticos similares e os países latino-americanos são obrigados a reorientar sua produção sob pena de ficarem economicamente arrasados.

O resultado geral da retomada dos negócios internacionais, da reconversão da estrutura produtiva, da expansão do latifúndio e das soluções encontradas para o controle sobre a mão-de-obra foi responsável por um crescimento das quantidades exportadas e aumento do valor dos produtos latino-americanos. O grau de evolução da base econômica de cada formação social latino-americana e sua capacidade de desenvolvimento capitalista determinaram, inversamente, o grau de dificuldade de constituição dos Estados nacionais.

Os localismos e as lutas aparentemente regionalizadas eram, na verdade, um reflexo de fontes de poder dispersas, derivadas da heterogeneidade da matriz econômico-social. As reformas liberais no México, Guatemala e El Salvador foram responsáveis por eliminar os obstáculos que o antigo ordenamento impunha ao capitalismo, enquanto a apropriação de novas terras para a pecuária, a imigração européia e a formação de uma poderosa classe de proprietários de terra constituíram a chave do desenvolvimento econômico argentino e costarricense ao longo do século XIX.

⁵ Carmagnani aponta os seguintes números da exportação de lã da Argentina para os anos 1850, 1860 e 1870: 7.600 toneladas, 17.300 e 70.000, respectivamente.

A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E A IMPLANTAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO SUBCONTINENTE

As forças centrífugas que impediam a constituição de ordenamentos políticos estáveis e unificados na América Latina começam a desaparecer a partir da vitória das oligarquias primário-exportadoras, quando essas oligarquias finalmente encontraram uma condição de mercado onde estivessem respaldados os seus interesses dominantes, ou, melhor, uma solidariedade econômico-social. Segundo Torres Rivas (1977, p.66), “o decisivo para debelar a instabilidade interna foi a nova forma de vínculo com o mercado mundial”. Para ele, as lutas políticas são simplificadas pela historiografia e parecem explicar-se por sua própria dinâmica, até que “a história parece recobrar a sua racionalidade” e isso corresponde ao “período em que, finalmente, consolida-se a economia de exportação e, com ela, uma racionalidade ordenadora da sociedade civil através de uma implacável presença estatal”. O momento da consolidação do Estado nacional pode ter coincido com a afirmação de um produto primário para exportação que pudesse fazer frente às dificuldades de ordenamento econômico das sociedades latino-americanas, mas foi resultado também do desenvolvimento das forças produtivas e dos mecanismos através dos quais as classes dominantes ou algumas de suas frações conseguiram impor seu domínio às demais.

Na segunda metade do século XIX, a economia européia acabava de recuperar-se de uma crise cujo ponto mais crítico foi alcançado nos anos de 1840. Essa recuperação provocou o aumento da demanda por produtos primários da América Latina e o rápido incremento industrial em toda a Europa. Ao lado do aumento da demanda por produtos primários, expandiu-se também o crédito para os países latino-americanos. Empréstimos e inversões foram, como nunca, os motores de grandes avanços na área de transportes, comunicações e finanças.

As primeiras linhas ferroviárias latino-americanas foram construídas e exploradas por companhias locais, cujos capitais podiam ou não vir do exterior, mas quase sempre eram controladas internamente. Em 1857, a linha setentrional argentina foi construída com capitais da região para facilitar o transporte de lã; a primeira ferrovia chilena foi obra de William Wheelwright e os capitais eram provenientes dos empresários mineiros da região norte; no Chile Central e no Peru, o mesmo capitalista norte-americano, Henry Meiggs, através de empréstimos, iniciou a construção das primeiras ferrovias; e no Mé-

xico, com capitais emprestados pelas forças de ocupação francesas, foi construída a ferrovia que ligava a Cidade do México a Vera Cruz, por uma companhia privada mexicana.

Independente da origem dos capitais para a ampliação do transporte dos produtos primários, é importante destacar que a iniciativa local foi primordial para o seu desenvolvimento. Mesmo assim, a presença cada vez maior de investimentos externos nos setores financeiro e de transportes proporcionou o crescimento do volume produzido nos setores de exportação da América Latina.

E, embora a redefinição das relações comerciais e financeiras dos países latino-americanos com a Europa e Estados Unidos tenha colaborado para a estabilização de crises sociais e políticas, o violento processo de implantação do modo de produção capitalista em cada país latino-americano provocava mudanças sociais ainda mais radicais, que se caracterizavam pelo domínio exclusivo da fração oligárquico-exportadora das classes dominantes locais.

Nos países cujas relações sociais de produção apoiavam-se na exploração da mão-de-obra escrava africana, o processo de transição ao modo de produção capitalista e a afirmação política de uma fração oligárquico-exportadora ocorreram através da abolição da escravidão. A libertação dos escravos africanos não provocou a imediata utilização do trabalho livre propriamente dito, senão que as elites latifundiárias contaram com uma série de expedientes, como a parceria no Brasil ou o trabalho dos *coolies* no Peru e Cuba, para driblar a necessidade de implantação imediata do trabalho assalariado. O processo abolicionista foi, no entanto, um importante passo na implantação do capitalismo como modo de produção dominante nesses países, sendo fundamental para a inserção desses países às novas regras da divisão internacional do trabalho.

São variadas as interpretações a respeito da insistência britânica em abolir o tráfico de escravos, mas existe uma unanimidade no que diz respeito à relação entre o desenvolvimento capitalista inglês e a urgência da abolição. Outras observações a respeito do mesmo tema tratam do temor que a Revolução haitiana causou nos senhores de escravos de toda a América, a decadência econômica da Guiana e Antilhas inglesas e a ruína e endividamento dos senhores de escravos para com os comerciantes do tráfico humano.

Em Cuba, por exemplo, a principal atividade econômica era o cultivo da cana-de-açúcar, cuja expansão era facilitada pela demanda e pelos preços competitivos no mercado internacional. O monopólio espanhol so-

bre essa produção mantinha-se, já que Cuba permaneceu sob domínio metropolitano até os últimos anos do século XIX. O grande problema enfrentado pela atividade econômica cubana era o da mão-de-obra, desde que as pressões inglesas pela abolição do tráfico de escravos começaram até a sua eliminação por completo.

Do ponto de vista da resistência escrava ao sistema, os fenômenos como *cimarronismo*, fuga individual de negros, e o *palenque*, fuga coletiva, já eram relatados desde o começo do século XIX, mas seguidos de uma repressão brutal por parte das autoridades coloniais.

Os acordos firmados entre a Inglaterra e a Espanha sobre a supressão do comércio de negros, o primeiro de 1817 e o segundo de 1835, eram rigorosamente descumpridos pelos traficantes e pelos senhores de escravos, enquanto os espanhóis *fechavam os olhos* às infrações. Neste período, surgiram cubanos, como Félix Varela y Morales, que tentavam por vias legais e parlamentares aprovar decretos de lei que contemplassem a abolição da escravidão. Varela, como representante dos latifundiários, não tinha qualquer problema moral em relação ao sistema escravista mas antevia a sua decadência e temia o predomínio dos escravos africanos sobre a população branca da ilha.

Independente das pressões, o contrabando continuava sem limites e os traficantes enriqueciam cada vez mais, elevando os preços de mercadoria tão rara e desejada.

Segundo Angel Carreras (1985, p.25-26),

La isla se ennegrecía vertiginosamente. Era una lucha contra el tiempo. Nadie quería encontrarse sin negros y acumulaban más y más antes que fuera imposible adquirirlos. Tanto al este como al oeste de La Habana assibaban los buques que descargaban y desaparecían como por arte de magia.

As soluções adotadas por muitos latifundiários foram no sentido de importar mão-de-obra de outras partes do mundo, o que não caracterizaria “tráfico de escravos”. Em vista da diminuição do tráfico e, principalmente, do preço que eles atingiam então, foram organizadas as imigrações chinesa e dos índios mexicanos da província de Iucatã, condenados no México à pena de morte devido às guerras de castas e às tentativas separatistas. A Real Junta de Fomento de La Habana, órgão que representava os interesses açucareiros na ilha, organizava as viagens e tratava de impor aos imigrantes um tratamento tão desumano quanto aos negros africanos escravizados. Foram os governos mexicano e chinês que acabaram impondo condições para o término dos *contratos* e a suspen-

são do infame negócio de gente, já no último terço do século XIX. As insurreições de escravos africanos na ilha, especialmente a de 1844, provocaram temor entre os senhores de escravos e indicaram ainda mais a necessidade de modificação do sistema escravista.

Além do mais, a idéia dos latifundiários de anexação de Cuba aos estados do sul norte-americano, para justificar a preservação da escravidão, desmoronou com o fim da Guerra de Secessão naquele país, que decretou a submissão dos fazendeiros escravistas do sul aos capitalistas do norte, com o fim da escravidão nos Estados Unidos.

Em meio a tudo isso, começava em Cuba, em 1868, a primeira guerra pela Independência da ilha, quando líderes revolucionários como Carlos Manuel de Céspedes e Antonio Maceo passaram a defender abertamente a abolição da escravidão sem qualquer tipo de reparação aos senhores de escravos. Os fazendeiros cubanos, por sua parte, agrupados em torno do Partido Reformista, passaram a adotar a postura de defesa de uma abolição gradual, sem libertação imediata e mediante o pagamento de indenizações.

Frente à destruição causada pela guerra, às ameaças concretas dos africanos insurretos em Cuba e à maciça entrada dos capitais norte-americanos como pretendentes à hegemonia sobre a economia da ilha, a abolição da escravidão era tida como inevitável. O decreto datado de 13 de fevereiro de 1880 transformava o dono de escravos em patrono, o que, na realidade, só significava uma modificação na designação da relação e não em sua forma. Em 7 de outubro de 1886, por ordem real espanhola, o *patronato* foi abolido junto com a relação escravista que ele supunha.

O processo cubano de abolição da escravidão, considerado tardio por muitos autores, foi semelhante ao brasileiro no tocante à sua lentidão e reticência das classes dominantes em aceitá-lo. Isso só pode ser explicado pelo fato dos dois países serem altamente dependentes da força de trabalho do negro durante o século XIX e não possuírem alternativas concretas à sua utilização. Além do mais, e por causa dessa *dependência*, as classes dominantes cubana e brasileira apoiavam no sistema escravista toda a base de seu poder, prestígio e riqueza. A abolição nesses países não significou apenas o fim de uma relação social altamente condenável, sob todos os aspectos, mas, sobretudo, a decadência inevitável dos antigos senhores de escravos, a fração dirigente das classes dominantes coloniais.

A abolição da escravidão no Brasil, Haiti e Cuba, as reformas liberais no México, El Salvador, Colômbia, Venezuela, Chile, Peru, Bolívia,

Equador e Guatemala, e a colonização de áreas vazias como na região dos pampas na Argentina, Uruguai, Costa Rica e algumas regiões brasileiras e colombianas foram os processos, descritos por Cardoso e Pérez Brignoli (1984, cap.3), através dos quais os países latino-americanos abandonaram sua feição caracteristicamente pré-capitalista.

O aumento da demanda internacional por produtos primários e as soluções dadas pelas economias latino-americanas às necessidades de aumento da produção resultaram também em avanços técnicos, embora na maior parte do subcontinente o aumento de produção tenha sido feito via incorporação de terras às lavouras de exportação. O controle da mão-de-obra e a transformação das relações de trabalho proporcionaram um processo de extensão e paulatino domínio do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento das culturas de exportação foi o motor propulsor do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos e o aumento da demanda internacional por esses produtos fez com que as oligarquias primário-exportadoras sentissem a necessidade de apropriação de novas terras e de criação de um mercado de trabalho. A apropriação de terras era tão necessária às culturas de exportação que a Argentina ocupou não somente a região pampeana, um dos solos mais férteis do mundo, mas também a Patagônia, menos rico, mas igualmente importante para o desenvolvimento econômico do país. Isso foi realizado às custas da dizimação dos índios que habitavam essas regiões. No México, o cultivo de cana-de-açúcar cresceu enormemente a partir dos anos 1880 com a incorporação das terras da Igreja e comunidades indígenas.

Segundo Halperín Donghi (1991, p.39), a usurpação de terras no período que vai de 1850 à 1870 é impressionantemente, maior do que em toda a vida independente dos países da América Latina:

En el periodo de 1850-70 se produjeron más usurpaciones de tierra de las comunidades indias que las que se habían producido desde la independencia, e incluso antes. Además, las reformas legales minaron la base jurídica de la existencia de estas comunidades, ya fuera porque impusieron la división del patrimonio territorial entre los miembros de la comunidad [...] o bien porque convirtieron la tierra comunal en usufructo del Estado [...].

Halperín Donghi adverte, mesmo assim, que as leis das reformas liberais foram sentidas ao longo desse período assinalado e por muito tempo depois. No México de Porfirio Díaz, por exemplo, seus efeitos

foram arrasadores para as comunidades indígenas. Ao longo desse período, as modificações das formas de propriedade e das relações de produção provocam um hibridismo de sistemas produtivos, característicos da forma de implantação do capitalismo na América Latina.

O modo de produção capitalista vai se implantando na América Latina de forma muito particular: subordina outras relações de produção e, apesar de serem prejudiciais ao seu próprio desenvolvimento, as aproveita e mantém intactos os laços de dependência pessoal que unia classes dominantes e dominadas.

Agustin Cueva (1977, p.79) denominou esse modo de implantação do capitalismo de *via oligárquica* de desenvolvimento capitalista, porque não foram totalmente destruídos os elementos do antigo ordenamento e porque a implantação do capitalismo não ocorre através de uma revolução burguesa.

As oligarquias primário-exportadoras foram as responsáveis pela implantação do capitalismo nos países latino-americanos. Encontraram um substrato econômico capaz de manter estáveis os ordenamentos políticos; estreitaram os vínculos com o capital monopolista, do qual recebiam polpudos empréstimos para obras de infra-estrutura; trabalharam no aparelhamento administrativo da estrutura estatal, para oferecer dinamismo aos negócios de importação e exportação; e, embora tenham *liberado* terras para as culturas de exportação, mantiveram sob seu domínio os trabalha-dores através de vários graus de dependência pessoal, que iam desde casos de semi-servidão até casos de escravidão por dívidas.

O período que se inicia em 1880, aproximadamente, revelou-se como uma época de estabilidade social, econômica e política. Essa estabilidade foi obtida graças ao domínio que as oligarquias primário-exportadoras conseguiram exercer sobre grupos periféricos das classes dominantes, cujos produtos não eram adequados ao funcionamento de uma economia de exportação, e, também, sobre as classes populares.

O Estado nacional da América Latina consolida-se a partir da plena inserção das economias latino-americanas no modo de produção capitalista. As principais tarefas realizadas pelas oligarquias para a implantação do capitalismo foram a constituição da propriedade capitalista dos meios de produção e a criação de um mercado de trabalho livre, ou seja, sem meios de subsistência.

No entanto, a situação concreta dos países latino-americanos determinou que essas tarefas não fossem realizadas com a destruição completa das relações sociais anteriores. Na América Latina, o modo de produção capitalista não se implantou mediante uma revolução democrati-

co-burguesa mas nasceu subsumido na divisão internacional do trabalho, que determinava uma função subordinada aos países latino-americanos no concerto internacional.

Esse tipo de implantação do modo de produção capitalista provoca uma série de deformações na estrutura social desses países e, até mesmo, obstáculos ao próprio desenvolvimento, exemplificados nas dificuldades de diversificação da economia, de abandono do sistema primário-exportador, quando este se mostra altamente instável (especialmente na crise mundial de 1929), e na resistência das oligarquias em deixar o poder.

O processo de implantação do modo de produção capitalista na América Latina e a consolidação de Estados nacionais liderados pelas oligarquias primário-exportadoras coincidem com a última luta político-militar pela Independência no subcontinente: a segunda fase da luta pela Independência cubana. Independente das razões para a demora da emancipação da ilha em relação aos outros países da América Latina, onde figura, sem dúvida, a sua localização como ponto estratégico, é notável a possibilidade de se estabelecer uma relação entre a internacionalização do capitalismo e o componente político-militar da luta emancipacionista, ao qual se soma o aspecto ideológico, menos evidente até então nas lutas de Independência do resto do subcontinente. Os interesses espanhóis na ilha e, sobretudo, dos Estados Unidos eram enunciados por José Martí, um dos líderes da Independência cubana, com uma clareza incontestável. Em seu último escrito, uma carta a Manuel Mercado, ele dizia:

[...] já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever [...] de impedir a tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se alastrem pelas Antilhas e caiam, com essa força a mais, sobre nossas terras de América. [...] As próprias obrigações menores e públicas dos povos - como o do senhor e o meu - mais vitalmente interessados em impedir que em Cuba se abra, pela anexação dos Imperialistas de lá e pelos Espanhóis, o caminho que se deve obstruir, e que com nosso sangue estamos barrando, da anexação dos povos de nossa América ao Norte agitado e brutal que os despreza, - lhes teriam impedido a adesão ostensiva e a ajuda patente para este sacrifício que se faz pelo bem imediato e deles. (Martí, 1991, p.252)

A intervenção dos Estados Unidos no processo de Independência cubana era vista como uma ameaça a própria Independência e as

advertências de Martí estavam corretas. A Independência cubana foi declarada em novembro de 1897, dois anos depois de sua morte, e em janeiro de 1899 a bandeira americana era hasteada em Cuba. Em 1901, graças à Emenda Platt, ficou assegurado aos Estados Unidos o direito de intervir em Cuba toda a vez que fosse necessário *garantir a vida, a propriedade e a liberdade individual*, leia-se “garantir os interesses norte-americanos”.

Martí compreendia a necessidade de lutar contra a interferência norte-americana, mas não tinha a possibilidade concreta de realizar aquela tarefa, porque no seu tempo lhe exigiam mais enfaticamente a tarefa do século XIX, da luta anticolonialista. Como colocou Lênin no seu texto mais clássico - *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1979, p.85):

A literatura americana nos dias que se seguiram à guerra hispano-americana e a literatura inglesa após a guerra anglo-boer não foram as únicas a pôr muito clara e abertamente a questão da partilha do mundo, justamente no fim do século XIX e no começo do século XX.

A guerra pela Independência de Cuba foi então considerada como uma porta de entrada do imperialismo norte-americano e Martí entendia que lutava em duas batalhas. Uma do século XIX, contra o sistema colonial espanhol, e outra contra o nascente imperialismo norte-americano, uma guerra do século XX. Numa periodização especificamente latino-americana, pode-se afirmar que a idade contemporânea começa justamente alguns anos antes de terminar o século XIX, com a última batalha pela Independência colonial vencida e a primeira batalha perdida contra o imperialismo.